



SIEESP

ANO 23 • Nº 251

FEVEREIRO • 2019



PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO

# ESCOLA PARTICULAR



**AVALIAÇÃO:**  
HÁ NOVOS MODELOS  
QUE PODEMOS UTILIZAR?





# BNCC:

## 2019 é o ano do ensaio geral!

**A** Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que se tornou lei em dezembro de 2017 tem como principal papel, definir as aprendizagens mínimas e progressivas que todos os estudantes de todas as escolas do Brasil (públicas e particulares) devem aprender em cada ano e em cada componente curricular. Ela não é novidade. Esse documento já estava previsto na Constituição Federal desde a década de oitenta. A BNCC enquanto uma lei (Resolução CNE/CP nº2 de 22/12/2017), regula, padroniza, mas também provoca, desestabiliza, instiga a escola e, em especial, os professores a mudarem sua forma de ensinar. O parágrafo único de seu artigo 15 é claro ao afirmar que *“A adequação dos currículos à BNCC deve ser efetivada preferencialmente até 2019 ou, no máximo, até início do ano letivo de 2020”*, o que faz do ano de 2019 um ano para “treinarmos” a BNCC na sala de aula e chegarmos a 2020, quando obrigatoriamente deverá estar em prática, com um pouco mais de segurança na efetivação de seus propósitos. Façamos, então, um rápido retrospecto desse controverso documento que constitui uma política de Estado (logo, atravessa governos) e que na Educação Infantil e no Ensino Fundamental já norteia oficialmente o ensino de nossas escolas.

A BNCC nasceu sob diversos protestos e críticas sendo o seu formato um dos principais pontos criticados. A BNCC foi usada mesmo antes de nascer como parte do novo modelo de Ensino Médio que o governo aprovou em 2016 através de Medida Provisória. Logo, estabeleceu-se uma urgência em aprovar uma Base que já constava num novo modelo educacional. A solução encontrada após alguns embates foi dividir a BNCC em duas: Educação Infantil e Ensino Fundamental e Ensino Médio que até o momento não foi oficializada. A primeira crítica é que essa divisão quebrou a organicidade que uma Base curricular da Educação Básica precisa ter. Diversas outras críticas surgiram, sendo as principais, a elevação do Ensino Religioso à

condição de área de conhecimento com oferecimento obrigatório e frequência optativa nas escolas públicas, a redução do ciclo alfabetizador de três para dois anos, o predomínio do teor preparatório para as avaliações externas e a retirada das questões de gênero na forma de objetos de conhecimento. Independente das divergências, temos que reconhecer a importância de o país ter uma BNCC orientadora das aprendizagens, por mais que ela necessite continuar a ser discutida.

Estruturalmente, o documento parte de dez competências gerais que devem ser operacionalizadas em sala de aula da Educação Infantil até o Ensino Médio. No caso da Educação Infantil, as competências gerais se refletem nos seis direitos de aprendizagem e nos cinco campos de experiência, através dos quais os seis direitos são operacionalizados. As atividades em cada campo de experiência são organizadas em três faixas etárias: bebês (0 a 1,5 ano), crianças bem pequenas (de 1,6 a 3 anos) e crianças pequenas (4 e 5 anos). No Ensino Fundamental, as mesmas dez competências gerais precisam estar presentes em todas as cinco áreas do conhecimento (Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso) e em todos os componentes curriculares das áreas. Os componentes curriculares são divididos em unidades temáticas (eixos) que por sua vez se subdividem em objetos do conhecimento (conteúdos). Cada objeto de conhecimento dá origem às habilidades que devem ser desenvolvidas em sala de aula.

Além dessa estrutura de conteúdo, a BNCC traz diversos princípios pedagógicos sobre os quais a ação docente deve estar apoiada. O foco no desenvolvimento de habilidades e competências, a utilização de metodologias ativas que considerem o aluno como parte ativa do processo de aprender e a progressão das aprendizagens são os principais. Esses princípios serão os responsáveis pelos maiores desafios dos profes-



res e de toda a equipe gestora porque dependem da quebra de paradigmas pedagógicos fortemente edificados por meio da trajetória escolar docente. Colocar em prática metodologias ativas pressupõe a confiança na capacidade de aprender do aluno e o domínio não só das técnicas, mas da habilidade de gerir projetos e acreditar no caos construtivo. Planejar levando em conta a progressão das aprendizagens significa conceber e



freemove.com

professor que deverá prever contínuos resgates de aprendizagens em seu planejamento, ressignificando a ideia de “aluno sem base”. Outra questão de ordem prática que a BNCC trás à tona é o conjunto de aprendizagens mínimas necessárias para caracterizar a efetividade do trabalho do professor.

É por tudo isso que o maior foco no processo de operacionalização da BNCC deve ser a formação contínua dos professores, pois a efetividade dessa implantação repousa numa prática docente dinâmica que atribua ao aluno papel crescentemente ativo no ato de aprender, na mudança de postura e atitude docentes a caminho de uma visão integral do aluno e no desenvolvimento de competências socioemocionais. Aprendemos a dar aulas com os professores que tivemos, logo, somos o retrato de um modelo cristalizado de ensino. Professor fala, aluno ouve, de preferência em fileiras de carteiras retilíneas que nos permitam ver uma só cabeça (cabendo aí, no mínimo, duas interpretações). Romper com esse modelo requer treinamento, apoio técnico, infraestrutura e, acima de tudo, motivação e crença de que isso é possível.

Para que a Base faça diferença nas escolas, ela terá que ser vista muito mais pelo seu lado de oportunidade do que por sua dimensão legal. A história mostra que nunca conseguimos mudanças efetivas na educação somente a partir de leis e decretos. Para promover mudanças, a legislação precisa ser legitimada e isso somente ocorre quando as mudanças instituídas encontram eco na crença dos professores, que por sua vez só acreditam quando se sentem seguros e enxergam coerência no processo. Desenvolver competências por meio do currículo, garantir direitos de aprendizagem e saber aplicar, na prática, princípios da Pedagogia diferenciada serão os três maiores desafios das escolas e dos sistemas de ensino. Mão à obra! É na hora que ensaiamos que descobrimos os pontos a serem aperfeiçoados e aqueles cujos resultados motivam à continuidade do nobre ato de educar. ●



administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos e adquirir uma visão longitudinal dos objetivos do ensino, além de praticar diariamente a avaliação formativa.

Alguns desafios ganham destaque e um dos principais é a operacionalização de um currículo em forma de espiral, que apresenta os objetos de conhecimento (conteúdos) distribuídos em unidades temáticas presentes do primeiro

ao nono ano do Ensino Fundamental. Numa estrutura espiralada, os grandes temas surgem em todos os anos, apenas num nível mais complexo. Isso significa, por exemplo, que em Ciências, os alunos estudarão o tema Vida e Evolução do primeiro ao nono ano e não mais concentrado no sétimo e no oitavo ano como era de costume. Essa estrutura curricular trás, também, necessidades de mudança de atitudes por parte do